

# ARQUITETURA DA PARTICIPAÇÃO

UM GUIA DE PLANEJAMENTO URBANO

# POPULAR

CAÍQUE  
MACHADO  
THOMÉ

TCC2  
PUC  
GOIÁS



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

**EM MEMÓRIA DA**

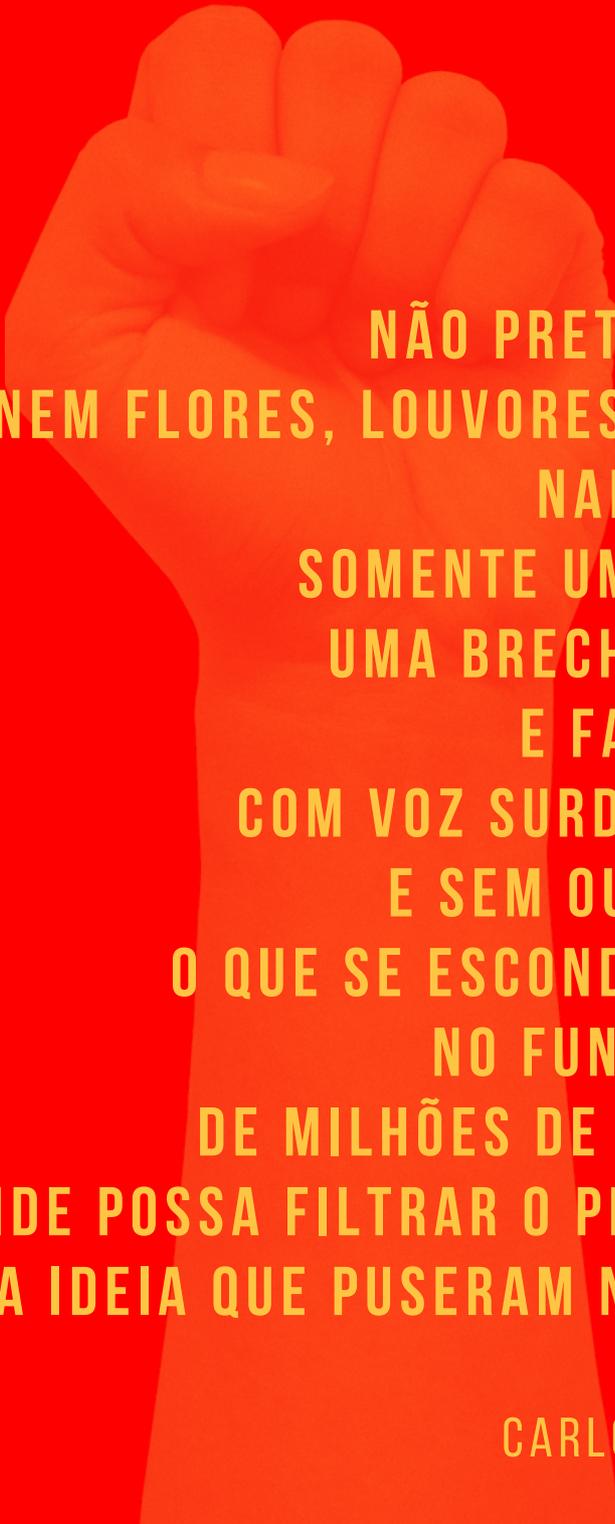
**ESCOLA DE ARTES E ARQUITETURA PROF. EDGAR GRAEFF**

**CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC II**

**PROF. ORIENTADORA: ARQ. MARIA ELIANA JUBÉ RIBEIRO**

**GRADUANDO: CAÍQUE MACHADO THOMÉ**

A stylized, semi-transparent red fist is raised in the center of the page, set against a solid red background. The fist is clenched, with the thumb tucked in, symbolizing protest or solidarity.

**NÃO PRETENDO NADA,  
NEM FLORES, LOUVORES, TRIUNFOS.  
NADA DE NADA.  
SOMENTE UM PROTESTO,  
UMA BRECHA NO MURO,  
E FAZER ECOAR,  
COM VOZ SURDA QUE SEJA,  
E SEM OUTRO VALOR,  
O QUE SE ESCONDE NO PEITO,  
NO FUNDO DA ALMA  
DE MILHÕES DE SUFOCADOS.  
ALGO POR ONDE POSSA FILTRAR O PENSAMENTO,  
A IDEIA QUE PUSERAM NO CÁRCERE.**

**CARLOS MARIGHELLA**

# SUMÁRIO



04

## APRESENTANDO

OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA,  
INTRODUÇÃO CONCEITUAL  
DO PROJETO (GUIA)

## ESTRUTURANDO

CONCEITOS, CONTEXTO,  
METODOLOGIA E  
REFERENCIAIS QUE  
NORTEIAM O PROJETO

08



22

## CONCRETIZANDO

BENEFÍCIOS, DESAFIOS,  
BASES E CONQUISTAS DE  
UMA PEDAGOGIA DA  
PARTICIPAÇÃO POPULAR;  
CONSIDERAÇÕES PARA  
A LUTA QUE SEGUE



**APRESEN  
TANDO**

Este é um projeto situado na temática do planejamento urbano, que se posiciona por uma pedagogia da participação popular nos processos da urbanização. Por isso o título **Arquitetura da Participação: um guia de planejamento urbano popular**. Aplica-se a palavra arquitetura aqui em seu sentido mais amplo e subjetivo, compreendida nesse caso como estruturação de um conjunto de teorias e práticas, ou seja uma práxis, que possa guiar a população até o centro das decisões sobre a urbanização da cidade e o espaço construído de uso comum. Daí o adjetivo popular ao planejamento urbano. Afinal, o urbanismo que contribua para a superação estrutural das desigualdades, através de cidades socialmente mais justas e ambientalmente mais sustentáveis, será conduzido sob protagonismo da classe trabalhadora ou não será. Deverá ser guiado por uma diversidade de vozes preponderantemente negras e femininas, historicamente tão excluídas quanto as teorias e práticas que sustentam essa reorientação do olhar sobre o urbanismo.

Dito isso, esse trabalho tem como objetivo geral o **projeto de um guia para a prática da participação popular enquanto fundamento da atuação profissional do arquiteto e urbanista no planejamento da cidade**. Este guia deve servir para os técnicos, gestores públicos, acadêmicos, integrantes da sociedade civil organizada e as pessoas que desejam construir coletivamente um espaço urbano mais justo e democrático. Evidenciar que as instituições - Governos, Prefeituras, Câmaras de Vereadores - possuem boa parte das condições necessárias para realizar processos de planejamento efetivamente participativos junto ao povo e se quiserem, terão a partir daqui um caminho.

Entende-se, entretanto, que a participação não é um ato de vontade política e/ou técnica, mas um processo que exige tempo, métodos, técnicas e uma profunda compreensão das restrições à cidadania impostas pela própria história social e política do Brasil (FAORO, 1987; BURSZTYN, 1984, LEAL, 1975).

Nesse caso, o Guia pode ser ainda um potente instrumento político para as tantas organizações populares - tais como associações de moradores, movimentos sociais, ocupações, sindicatos, centros acadêmicos, coletivos feministas entre outras engajadas nas diversas lutas urbanas que se centralizam na pauta do direito à cidade. As teorias e metodologias práticas sintetizadas no guia apoiam a possibilidade de processos autogestionários de planejamento urbano popular, conduzidos pelas próprias organizações e/ou comunidades, bem como servem para que estas cobrem, ou melhor exijam do poder público a real participação no planejamento e na gestão da cidade.

Essa proposta se justifica simplesmente pela realidade concreta e objetiva da qual estamos sujeitos no cotidiano das cidades brasileiras; pela responsabilidade social que se deve exercer enquanto profissional de arquitetura e urbanismo; pelo legado histórico de teoria e luta política em prol do poder popular na formação socioespacial do território; mas também por um amplo conjunto de experiências práticas de caráter técnico, social e político acumuladas num longo conflituoso processo de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Essas experiências forjaram a constituição desse guia, que é apenas parte de um processo bem maior que seguirá, com proporções a serem descobertas.

Neste processo desde 2012, tive a oportunidade de trabalhar na Câmara Municipal de Goiânia, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/GO e desenvolver uma intensa militância política, a partir do movimento estudantil na coordenação do Centro Acadêmico Livre da Escola de Arquitetura - CALEA PUC Goiás e na direção nacional da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e urbanismo - FeNEA, até articulações populares nacionais como a rede BrCidades, o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural e a Campanha Despejo Zero, esta última levando à participação no Movimento de Trabalhadores/as por Direitos - MTD.

A somatória e confluência dessas e outras experiências proporcionaram conhecer e entender o planejamento urbano brasileiro a fundo, na teoria e na prática, seja por dentro da institucionalidade política - ao acompanhar e participar ativamente das mais diversas instâncias e processos políticos relativos ao planejamento urbano, ou seja pela militância nas ruas, no chão das ocupações e territórios das cidades.

Tantas vivências de tamanhas causas coletivas, fortificam vínculos profundos de afeto e solidariedade com os povos, os quais reforçam tremendamente a necessidade deste projeto **partir da realidade concreta e servir não apenas à minha formação, mas também como ferramenta possível de contribuir com a luta por um planejamento radicalmente democrático e popular das nossas cidades. A participação social é imprescindível, fundamental e deve ser política estruturante da concepção de qualquer proposta que envolva as dimensões públicas e coletivas do espaço urbano.**



# ESTRUTURANDO

## **PARTICIPAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO**

### **UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO**

Essa chamada participação costuma estar implícita no que entendemos via de regra por democracia no mundo ocidental. Teoricamente! Porque nós sabemos como as práticas ditas participativas e os próprios sistemas ditos democráticos são condicionados e limitados pela classe dominante, que mesmo em minoria controla e ocupa majoritariamente os espaços públicos de poder e decisão coletiva. Dito isso, é feito aqui um recorte para seguir com esse breve histórico, o concentrando ao contexto brasileiro precisamente a partir de 1945 ao fim da Ditadura Vargas, pois até aí nossa experiência de participação social como um todo no país teve sentidos bem diferentes do que se pretende abordar nesse trabalho.

A partir do crescimento das cidades e conseqüentemente das desigualdades - produzidas muitas vezes sob a legitimidade do planejamento urbano, como aconteceu em Goiânia por exemplo - surgem entre o final da década de 40 e o início dos anos 60 expressivas reações da classe trabalhadora, que se organiza em associações de bairro e movimentos populares de luta por direitos. Essa mobilização culmina na eleição presidencial de João Goulart, com uma composição e programa de governo voltados fundamentalmente para melhoria das condições de vida do povo, fortalecimento da participação popular e por conseqüência do poder popular, de perspectiva socialista, que despertasse a consciência cidadã libertadora através da pedagogia revolucionária de Paulo Freire.

Tudo isso era bom demais, não para ser verdade - porque afinal era o que de mais concreto e belo o nosso povo precisava, mas era demais para a burguesia aceitar sem medo de perder o poder e daí, dessa aterrorizante possibilidade do povo no comando, travestida de fantasma do comunismo, acontece o golpe de 64 que instaura a Ditadura Militar no Brasil. Consolida-se uma aliança entre as grandes forças burguesas e o militarismo, unindo o que havia de mais conservador e de mais violento na sociedade brasileira. A Ditadura interrompe todo aquele processo de emancipação popular, como é notório, e dificulta qualquer processo participativo até ser derrubada em 1985.

Com a redemocratização do país se inicia um novo processo de grande mobilização popular intensa constante, fortalecendo novas organizações populares dentre elas o Movimento Pela Reforma Urbana, com destacada participação de Arquitetos e Urbanistas, responsável pelo Capítulo II da Constituição de 88, sobre a Política Urbana, que versa por exemplo sobre o Plano Diretor e institui a Função Social da Propriedade.

Constituição essa, aliás, resultado de um amplo processo de participação popular. Não por acaso ela tem cerca de 30 artigos que determinam o desenvolvimento de instâncias participativas na gestão pública. Ou seja, está sendo proposto aqui não muito mais do que o cumprimento da nossa Constituição da República. E nela foi acrescentado ainda, o Estatuto da Cidade, grande conquista da mesma luta supracitada, pela reforma urbana, que também gerou a criação do Ministério das Cidades.

Uma estrutura possibilitada pela eleição de um Governo que inicialmente reuniu o que havia de mais potente no pensamento urbanístico brasileiro, que foi o Governo Lula em 2003. Sob a condução de mestres como Olívio Dutra, Erminia Maricato e Nabil Bonduki, o planejamento urbano brasileiro no início do Século 21 foi marcado por um inédito processo de democratização, através de instâncias de participação como o Conselho das Cidades, que estruturaram uma Política de Estado interligada nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

Boa parte dessa política já tinha sido experimentada com muito sucesso em Prefeituras de gestão petista, naquele já citado período de reconstrução da democracia entre a década de 80 e 90, que ficaram conhecidas pelo então chamado 'modo petista de governar'. O merecimento de tal positiva alcunha se deve, vale destacar, a gestões como a de Luiza Erundina (1988) na cidade de São Paulo, que inverteu as prioridades colocando as periferias no centro dos investimentos públicos e a de Olívio Dutra (1989) em Porto Alegre, berço do Orçamento Participativo que tornou-se referência mundial. Cidades e países de toda parte, mas principalmente da Europa e da América do Norte, passaram a referenciar e replicar o arcabouço legal de políticas urbanas construído no Brasil.

Ao passo que, pouco a pouco, o próprio Estado brasileiro - sob controle da classe dominante - passou a desmantelar o exemplo que ofereceu ao mundo. Atualmente, gerações inteiras vem se unindo - em movimentos sociais, grupos de pesquisa, campanhas, coletivos e organizações políticas de esquerda - pelo desejo de reinventar com muito mais força a cultura participativa de outrora, a partir de profundas avaliações desse passado, que ajudam a entender o tempo presente para então iluminar o futuro imediato.

**A PROBLEMÁTICA DAS CIDADES NÃO É:  
[...] A AUSÊNCIA DE PLANEJAMENTO, MAS SIM DE  
UMA INTERAÇÃO BASTANTE PERVERSA ENTRE  
PROCESSOS SÓCIO-ECONÔMICOS, OPÇÕES DE  
PLANEJAMENTO E DE POLÍTICAS URBANAS, E PRÁTICAS  
POLÍTICAS, QUE CONSTRUÍRAM UM MODELO EXCLUDENTE  
EM QUE MUITOS PERDEM E POUQUÍSSIMOS GANHAM.**

(PÓLIS, P. 24, 2001)

## **TRÊS FORÇAS INSEPARÁVEIS**

### **POLÍTICA, URBANISMO E ARQUITETURA**

De acordo com Montaner e Muxí (2014, p. 15) "a palavra "política" deriva do grego polis, isto é, a cidade como agrupação ordenada de cidadãos livres e diferentes que se auto-organizam na política para interagir no mundo." Então, sendo a política essa organização social de grupos de pessoas se desenvolvendo, relacionando e conflitando num espaço, constituindo território, esse lugar será integrador ou segregador, inclusivo ou excludente, estará orientado em prol da melhoria das condições de vida ou pela perpetuação das desigualdades estruturadas por poderes dominantes. Por isso urbanismo e arquitetura são sempre, essencialmente, **política!**

Importante frizar pois, como lembra David Harvey:

com muita frequência [...] o estudo da urbanização se separa do estudo da mudança social e do desenvolvimento econômico, como se o estudo da urbanização pudesse de algum modo ser considerado assunto secundário ou passivo em relação as mudanças sociais mais importantes e fundamentais. (HARVEY, 2006, p. 166)

Ademais, a política determina a maneira como arquitetura e urbanismo - no estudo ou na prática - se posicionam perante "às estratégias dos diferentes poderes que regulam nossa vida e em relação aos agentes sociais, à cidadania e, especialmente, aos setores que sofrem mais desigualdade." Querendo ou não, ou seja, mesmo que pela negação, todo arquiteto e/ou urbanista possui uma posição política. **"E a visão política na arquitetura sempre tem a ver com o papel que se dá às pessoas, à participação e à intervenção dos cidadãos, com o tipo de tecnologia adotada e o respeito pelo contexto."** (MONTANER, MUXÍ, 2021 p. 38-39)

## **A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

### **PESQUISA, EXTENSÃO E EDUCAÇÃO POPULAR**

O processo de produção do conhecimento científico é diverso e cheio de possibilidades. Aqui utilizamos uma pesquisa aplicada, ou seja, que pretende promover ação social, com um método qualitativo composto por vasta revisão bibliográfica, estudos de caso, análise cartográfica, referências e experiências práticas do autor. A abordagem qualitativa permite que as nuances contidas numa dinâmica do planejamento urbano sejam apreendidas na sua globalidade, demonstrando novas possibilidades na abordagem do objeto de pesquisa.

É justo reconhecer a importância dos mestres/as nesse processo. Entre tantos, referenciamos aqueles/as que mais fortemente dão a sustentação teórica basilar desse projeto, bem como representam a interdisciplinaridade dele: **Paulo Freire** com sua pedagogia que nos ajuda principalmente na questão da comunicação entre nós, detentores de um saber acadêmico e o povo que pretende se conscientizar da própria cidadania, enquanto sujeito, assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (Freire,2000, p.46)

**Milton Santos** com a sua compreensão inigualável sobre a formação socioespacial do território e o espaço do cidadão. A camarada **Erminia Maricato**, com toda sua experiência que consegue traduzir, em poucas palavras, ideias que soam como mantras deste projeto pois estão implícitas do início ao fim. "Não faltam planos! Não faltam leis!"

E ainda **Flávio Villaça**, também um dos maiores pensadores do Brasil, planejador urbano cuja incrível contribuição sobre a ideologia e as ilusões do Plano Diretor será abordada a seguir.



## A IDEOLOGIA DO PLANO DIRETOR E O CASO DE GOIÂNIA/GO

Como sabemos, em Goiânia “os Planos de Desenvolvimento Integrados e/ou Planos Diretor elaborados, por várias vezes, foram refeitos e modificados, tendo sempre como meta a organização urbanística da cidade planejada e a consolidação do planejamento urbano elitista” (MORAES, 2003 p. 243).

Mas estes instrumentos cheios de retórica, com todos os seus princípios gerais, objetivos e propostas sem orçamento nem aplicação prevista, até hoje não passaram de um discurso de boas intenções, como explicou VILLAÇA (2005) ao compreender a questão do Plano Diretor enquanto ideologia. Segundo o autor, a utilização do Plano Diretor no Brasil se revelou como teoria pura, ou seja, uma composição de ideias “desvinculada de qualquer experiência prática.”

[...] As idéias sem empírico, que se descolam da realidade, nutrem-se de si próprias e atendem a interesses da classe dominante ao esconder a realidade ao invés de revelá-la”  
(VILLAÇA, 2005 p. 02).

Quatorze anos passados da publicação de um plano construído pelo mercado, Goiânia permanece com os mesmos problemas desde a explosão de urbanização da década de 1960: escassez de moradia digna, mobilidade reduzida, alto índice de violência urbana, alto índice de desigualdade socioespacial, e ausência de efetiva participação da população nos processos de planejamento e instituição de políticas públicas.

“AS PESSOAS QUEREM PLANOS PORQUE ELES APARENTEMENTE “GARANTEM” UM FUTURO MELHOR, O QUE SIGNIFICA QUE PLANOS, PRINCIPALMENTE PLANOS DIRETORES, EXPRESSAM O PODER DA COMUNIDADE POLITICAMENTE ORGANIZADA DE DECIDIR SEU PRÓPRIO DESTINO. A PERGUNTA É: **SERÁ QUE A COMUNIDADE POSSUI TAL PODER?**”

SINGER (1995, P. 177)

Os trabalhos de revisão do atual plano diretor foram anunciados em 2016 e o processo ainda se desdobra, em meio a pandemia de Covid-19, sob diversas contestações por parte da Sociedade Civil e do Ministério Público, sobre as diversas ilegalidades tanto no conteúdo quanto na condução do processo revisional.

No maior jornal da capital de Goiás o questionamento “Cadê o Plano Diretor?” aparece como título de uma coluna onde o então Presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás - ADEMI/GO cobra celeridade para aprovação do projeto de revisão do Plano Diretor Urbano de Goiânia. Neste dia, mais de dois mil brasileiros e brasileiras entravam para a estatística de mortes por covid no país, que no total já passavam de 500mil. Menos de 60 dias e 100mil mortes antes, ao final do mês mais letal da pandemia no Brasil, no mesmo jornal o então Secretário de Planejamento e Habitação da Prefeitura de Goiânia afirmava “o Plano Diretor como prioridade” no título do seu artigo de opinião que buscava legitimar, sob um discurso do plano como solução dos problemas urbanos, a necessidade de “agilidade” para finalizar o mais rápido possível a revisão do PDU no meio de uma pandemia que trouxe entre suas consequências, além das milhares de mortes, uma enorme escalada de desemprego e fome no país. Sem o devido auxílio do Estado que potencializou a carestia, nesse período ainda em curso, segundo a Rede PENSSAN ao menos 19 milhões de brasileiros passaram fome diariamente e outros 43,4 milhões não contavam com alimentos em quantidade suficiente. Se trata do equivalente a 29,5% da população brasileira em situação de insegurança alimentar, ou seja, sem acesso pleno e permanente a alimentos.

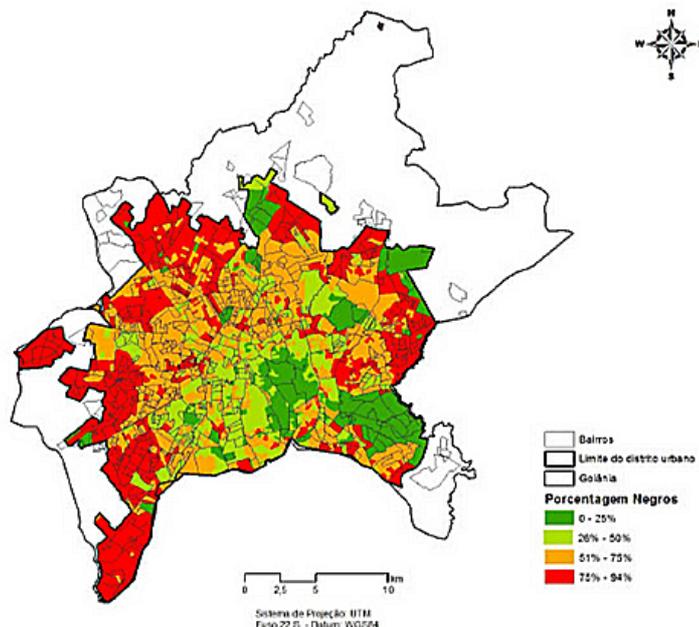
É por estar inserido na ideologia dominante sobre os problemas urbanos e suas causas e sobre a isenção e objetividade da técnica ( a ideologia da tecnocracia) que o plano diretor sobrevive. Essa sobrevivência, por outro lado, só pode ser entendida se associada à todo um contexto social todo ele construído sob a égide da dominação e a ela associado. Esse contexto é constituído por um corpo de “conhecimento” e “boa técnica” no qual se incluem profissões, órgãos públicos, conceitos, definições, livros, disciplinas ensinadas nas universidades, bibliotecas e pesquisas e que vicejaram e foram mobilizados pela ideologia dominante com o discurso de atacar os “problemas urbanos” (VILLAÇA, 1999, 227)

Podemos comprovar, em breve análise cartográfica, como acontece a exclusão da participação popular no processo de planejamento, a partir do exemplo de Goiânia. A cartografia explícita, nesse caso, quais comunidades, de qual classe e qual raça/cor são predominantemente excluídas a partir da localização da infraestrutura e dos eventos de suposta participação na cidade.



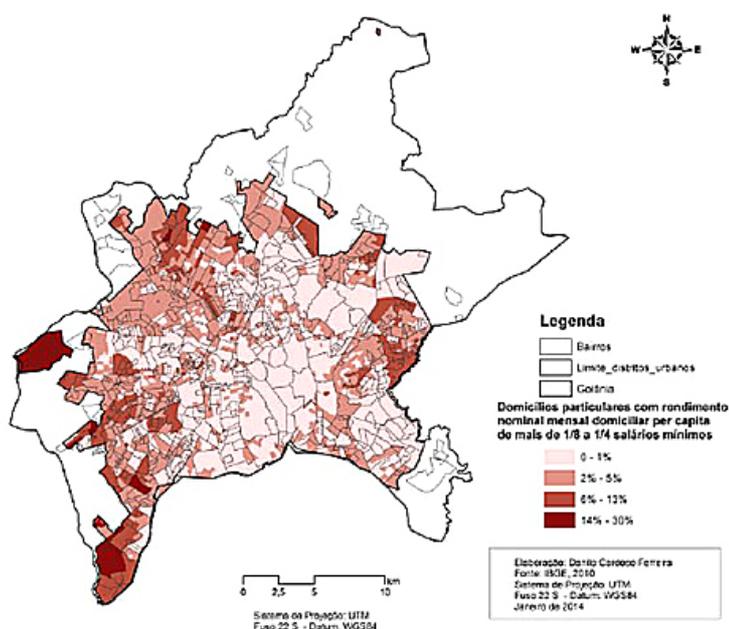
## Porcentagem da população negra no território de Goiânia

Maior concentração nos bairros mais periféricos



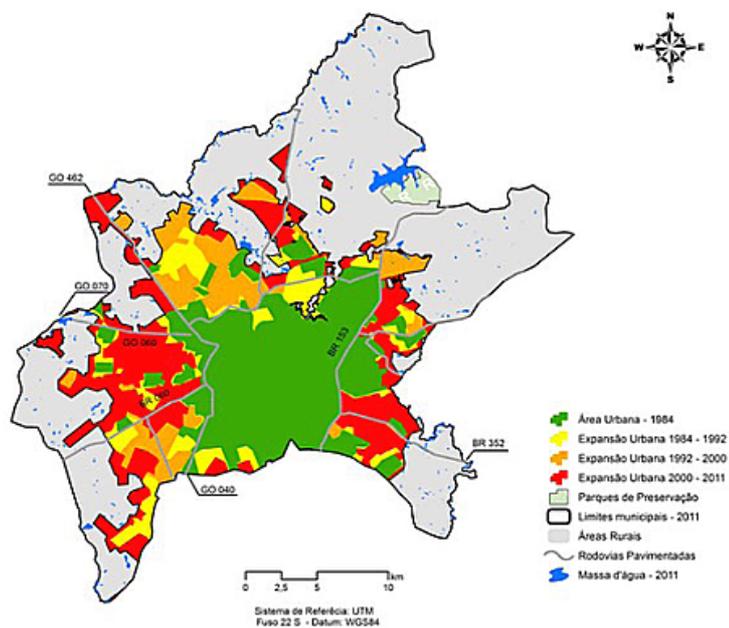
## Porcentagem da população em condição de extrema pobreza no território de Goiânia

Maior concentração nos bairros mais periféricos de maioria da população negra

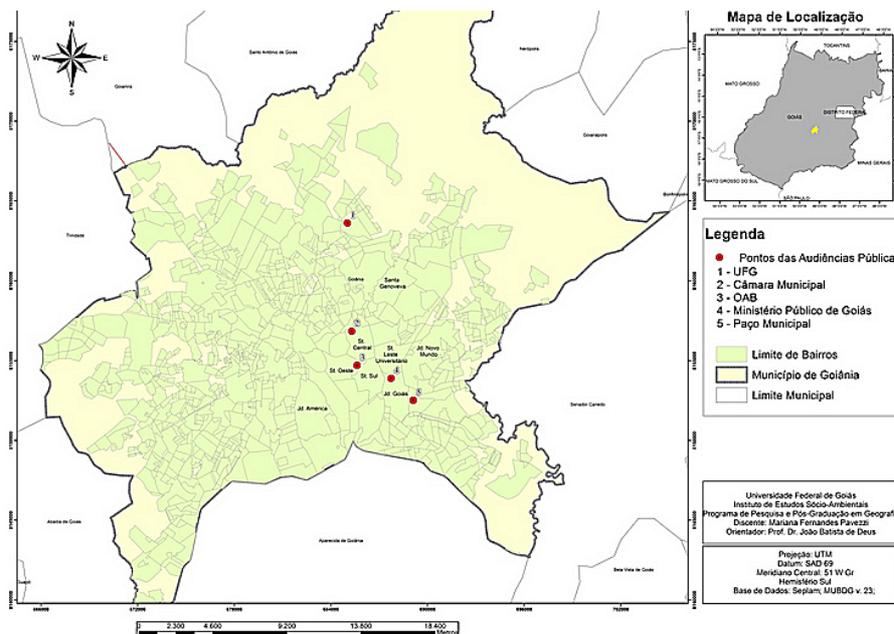


## Expansão urbana do território de Goiânia

População mais pobre majoritariamente negra está nas áreas mais recentemente urbanizadas e distantes do centro histórico.



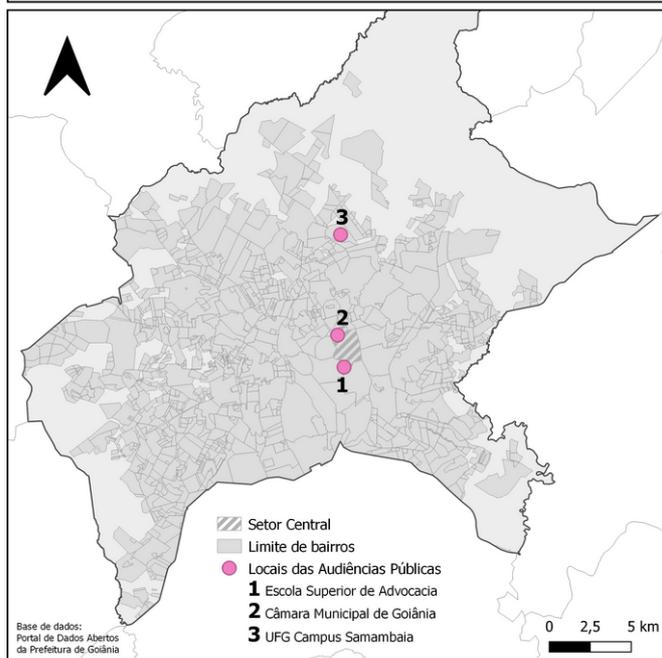
## Audiências Públicas do Plano Diretor 2007



## Audiências Públicas do Plano Diretor 2017

Além de pouquíssimas, se concentraram na região central de Goiânia, em auditórios fechados, longe da maioria da população mais carente de políticas públicas.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GOIÂNIA - 2017



autoria própria



**CONCRE  
TIZANDO**

**“UMA AUTÊNTICA PARTICIPAÇÃO DEVE SER BASEADA NA REPRESENTATIVIDADE DA DIVERSIDADE. [...] OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS SÃO AUTÊNTICOS PROJETOS, NO SENTIDO DE SEREM ADEQUADOS AOS PROLEMAS QUE PRECISAM SER RESOLVIDOS.**

**ISSO QUER DIZER QUE NÃO HÁ UM PROCESSO IGUAL AO OUTRO E QUE, ALÉM DE CONHECER AS METODOLOGIAS [...] É NECESSÁRIO USAR A CRIATIVIDADE PARA PENSAR CADA SITUAÇÃO SEGUNDO SUAS CARACTERÍSTICAS.”**

**(MONTANER, MAXÍ, 2021 P.171)**

## **A PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO**

Segue-se um caráter metodológico aliando teoria e prática, explicando passo a passo como se implantar essa pedagogia, de base freiriana, no planejamento urbano.

Especialmente através de arquitetos e urbanistas responsáveis por elaborar projetos de grande impacto na cidade e na vida dos cidadãos como o Plano Diretor, Planos de bairro, Operações Urbanas Consorciadas, Reurbanização de favelas, entre outros.

**A Pedagogia da Participação é um conceito forjado pela arquiteta urbanista Débora Nunes em sua tese de Doutorado, publicada em livro pela UNESCO (2002). A obra aponta um modo muito sólido e bem construído de fazer urbanismo e planejamento participativo, com a intenção de justamente ser replicado por outros pesquisadores e profissionais de todo o Brasil.**

**Façamos um esforço de síntese, transcrevendo e adaptando a partir do artigo *Participação e Controle Social* (NUNES, 2016) os tópicos e comentários mais fundamentais que explicam e constituem a Pedagogia da Participação, detalhada no livro homônimo.**

# *Pedagogia da participação*

*Trabalhando com comunidades*

## Segundo NUNES (2016, p. 1-14):

### BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO

[...] Seja do ponto de vista gerencial, como do ponto de vista social e cultural, podendo significar ainda uma aprendizagem da cidadania para a população envolvida.

A cidadania sendo aqui compreendida segundo seus dois aspectos complementares: direitos e deveres. De um lado a cidadania é o usufruto de direitos políticos, cívicos e sociais autorgados pela sociedade. Do outro lado - o dos deveres - a cidadania significa uma inserção consciente no mundo e uma atitude de engajamento para ampliar os direitos do cidadão numa dimensão cada vez mais coletiva. Neste aspecto, pode-se pensar de fato na participação como aprendizagem de cidadania.

**Do ponto de vista gerencial**, as principais vantagens dos processos participativos são: pode-se instituir um maior controle público dos gastos municipais, garantir-se uma maior proximidade entre as reais necessidades dos habitantes e a ação dos governos das cidades; a diminuição dos gastos com manutenção de obras (já que a depredação é menor em intervenções desenvolvidas com a participação dos interessados).

**Do ponto de vista social e econômico**, espera-se que a gestão participativa seja capaz de construir uma inversão de prioridades do Estado, em que as demandas das camadas mais carentes da população sejam prioritárias, como forma de compensar a desigualdade extrema que impede o desenvolvimento integral da cidade.

Por fim, a participação, quando conduzida adequadamente, pode alcançar objetivos ainda maiores no sentido da construção da cidadania. O indivíduo participante, e o coletivo, terão oportunidade de aprender a responsabilizar-se pelos destinos da cidade, a usufruir e exercer seus direitos de cidadania e a se capacitar para exigir o respeito à sua opinião e processos de consultas públicas mais constantes.

## **DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO**

De imediato, um convite à participação aos habitantes de uma cidade, principalmente às que têm uma população muito pobre e pouco organizada [...] encontra sérios obstáculos. Trata-se do fenômeno que chamamos, com base em observações de campo e nos estudos de Paulo Freire (1979 e 1982) e de Erving Goffman (1975), de “interiorização do estigma da pobreza” (NUNES, 1998). Vivendo numa sociedade que os inferioriza, os pobres encontram dificuldades para acreditar no seu próprio potencial, nas suas opiniões e na sua possibilidade, enquanto grupo, de enfrentar os problemas coletivos.

Neste contexto, sua relação com os técnicos envolvidos no processo participativo tende a ser a de esperar soluções prontas e de evitar o debate, o que descaracteriza completamente a participação. Além deste problema de base, que precisa ser enfrentado com método, o processo participativo é complexo: para começar exige da população opiniões concretas sobre questões que ela não está acostumada a discutir, nos termos que são exigidos. O processo fomenta ainda disputas, destaca lideranças e exige negociação, o que desestabiliza relações de vizinhança já arraigadas.

Da parte dos técnicos envolvidos, a necessidade de encaminhar uma relação com a população que se distancie da tradição de hierarquia e paternalismo exige uma reconfiguração de suas práticas e expectativas. Sem um enfrentamento teórico desta questão e sem uma etapa preliminar onde a população e a equipe técnica superem dificuldades intrínsecas ao processo, nenhum “convite” de participação será realmente eficaz.

Enquanto a elite (aqui entendida como aqueles que têm prestígio econômico e/ou social), têm sua capacidade decisória reforçada pelo seu poder econômico, pelo acesso direto de seus membros aos postos de poder, pelas relações familiares e de amizade e por um grau maior de instrução que lhes permite participar dos debates públicos tendo capacidade de convencimento, os mais pobres sempre estiveram fora do processo decisório.

De modo geral, eles não contam com recursos econômicos, sociais e mesmo simbólicos necessários para que suas demandas sejam ouvidas e se tornem prioritárias, visando uma inversão de prioridades do Estado que se apresentam majoritariamente vinculadas aos interesses das elites. Como foi dito, para além das questões específicas que atingem os mais pobres e menos escolarizados, a efetiva participação do maior número possível de cidadãos e cidadãs excluídos exige um processo pedagógico, que deverá ultrapassar entraves estruturais que dificultam sua presença nos processos participativos.

A Pedagogia da participação prevê o enfrentamento das dificuldades objetivas e subjetivas inerentes ao contexto de não participação, que condicionam a um despreparo face ao debate sobre questões que ultrapassem

o cotidiano pessoal e favorecem um sentimento de resignação - e mesmo de autodepreciação - que dificultam a tomada de posição no processo.

Entre as dificuldades objetivas estão ainda o desconhecimento dos habitantes relativamente às palavras, lógicas e ferramentas usadas pelos profissionais da cidade na discussão sobre as mesmas, assim como a inexperiência face aos rituais da democracia direta, que não fazem parte do seu cotidiano de cidadãos de baixa escolaridade e pouco organizados.

Junte-se a isto a descrença geral na política e uma dificuldade ainda maior devido à “interiorização do estigma da pobreza”, originado nos preconceitos que a sociedade tem face aos pobres e que, introjetados, faz com que muitos se considerem incapazes de tomar parte em discussões de caráter decisório.

**A Pedagogia da participação trabalha nos dois sentidos: de um lado, busca quebrar a relação hierarquizada que faz parte da tradição dos membros da elite (neste caso, técnicos e políticos) com a comunidade, através de um processo de preparação para que estes incorporem o “espírito” da proposta participativa, de ser pedagógica e inclusiva.**

Por outro lado, através de atividades pedagógicas com técnicas lúdicas e ações coletivas que propiciem vitórias exemplificadas mais adiante, busca-se uma capacitação popular para o exercício da cidadania ativa e o estímulo à autoestima das pessoas, individualmente e enquanto grupo.

Neste processo, espera-se que os envolvidos vivenciem os processos básicos da democracia, como os mecanismos de discussão coletiva, assim com o respeito à decisão da maioria e a disposição a ultrapassar os interesses pessoais e imediatos em nome dos interesses do grupo e da cidade. De modo geral, neste processo se aprende também os mecanismos da negociação.

Se a participação popular exige dos cidadãos uma posição ativa que planeja conjuntamente com os técnicos, gere recursos conjuntamente com os gestores eleitos e fiscaliza o cotidiano da cidade, ela exige de políticos e técnicos novas posturas. Como se sabe, mudar práticas centenárias não é simples.

Gestores que encaram seu papel como um serviço à cidadania e não apenas como uma “carreira política” e técnicos que situam sua atuação no campo do serviço ao público que lhe subsidia e cobra ação profissional, não são apenas um sonho distante, são um processo a construir. A história recente mostra que alguns dos entraves a participação tanto no campo políticos como no campo técnico veem sendo vencidos ao longo do tempo.

Para desenvolver uma pedagogia da participação que atinja principalmente a maioria - as camadas mais excluídas - é preciso enfrentar três problemas básicos comuns neste contexto: 1) Os mecanismos, tanto de caráter objetivo, quanto subjetivo, que dificultam o envolvimento de pessoas pobres e de baixa escolaridade em processos participativos; 2) As dificuldades de relação dialogal entre os animadores do processo (vindos provavelmente do corpo de funcionários municipais, dos movimentos sociais e da Universidade) e os habitantes, pela tradição de relação hierárquica e de dependência entre povo e elite;

3) As dificuldades do processo propriamente dito, que têm à ver com as duas anteriores, mas também com os conflitos que surgem com a consolidação de líderes e o amadurecimento do grupo enquanto agente ativo.

## **BASES DA PARTICIPAÇÃO**

O tempo também é uma variável crucial para processos realmente participativos. Não se faz planejamento e gestão democráticos sem dar tempo à sociedade para que ela se organize, se capacite e amadureça propostas. Numa comunidade com mais de 20 000 mil habitantes, por exemplo (que por obrigação constitucional já deve ter seu Plano Diretor), o processo participativo deve durar pelo menos três meses, tempo mínimo de divulgação e amadurecimento da discussão por bairro e geral da cidade.

Este tempo deve ser maior para cidades maiores, não devendo ser menor que seis meses para cidades em torno de 100 mil habitantes, considerando as necessidades da realização dos estudos técnicos, de sua divulgação e debate e do processo de negociação de interesses, já mencionado.

As reuniões por bairro terão seu número definido segundo as particularidades de cada um e o avanço dos seus objetivos didáticos junto à população. Convém ao processo que destas reuniões se despreendam uma definição de prioridades de intervenção do poder público, uma compreensão global da cidade, assim como representantes do bairro competentes e legítimos.

A discussão sobre o Plano Diretor, mas também sobre outras questões, como o Orçamento anual do município, deve culminar com uma Assembléia Municipal ou equivalente. Em cidades muito grandes (acima de 100 mil habitantes, por exemplo) deverá ser organizado algo como eleição de delegados por bairro e por temas, para culminar o processo participativo.

Em seguida, novas reuniões devem ser feitas nos bairros para explicar aos habitantes quais as conclusões atingidas coletivamente e quais as decisões tomadas efetivamente. O processo seguinte é a discussão na Câmara Municipal, a provável aprovação das decisões pelo interesse popular que se constituiu - e a aplicação destas, que se constitui sempre num novo processo que também implica na participação.

O roteiro aqui proposto é fruto de estudos e experiência profissional, mas certamente é apenas um roteiro, sujeito as especificidades de cada cidade, à história política, ao tipo de administração, ao contexto urbano, etc.. A contribuição que se pretende neste texto é a de trazer o debate sobre a participação popular para a prática concreta. É preciso evitar o engodo comum de apenas escrever nos documentos do Plano que a participação foi almejada no processo, como se assim ela tivesse sido automaticamente realizada.

A realização das primeiras reuniões comunitárias devem seguir alguns princípios simples: As reuniões devem se dar em local central e de passagem, para diversificar o público e favorecer a divulgação do processo em curso. O local escolhido deve ser simples para não intimidar os presentes e as reuniões devem ser feitas à noite ou nos finais de semana com intervalos de cerca de quinze dias.

Os convites, em forma de pequeno folheto, por exemplo, não devem ser entregues com muita antecedência, para não serem esquecidos; o fato de haver um papel, mesmo simples, funciona como um lembrete, porém a presença de um carro de som, se possível, é de grande valia.

As reuniões devem ser precedidas de um “aquecimento”, onde se conversa sobre temas pertinentes à vida das pessoas no bairro e a atividade que virá a seguir. Antes da sessão, para estimular conversas entre os participantes que não se conhecem e permitir também a desinibição dos mais tímidos, pode-se fazer uma exposição de fotos locais e dos moradores do bairro em situações do cotidiano. Diante da exposição de fotos e do aquecimento inicial os presentes sentirão que aquela atividade tem inspiração neles e se sentirão mais confiantes.

As reuniões nos bairros devem partir de questões concretas que tocam as pessoas no seu dia a dia e que elas dominam sem esforço. Desta forma, mesmo um habitante tímido e analfabeto, mas interessado, poderá emitir suas opiniões e propor intervenções do poder público em seu bairro. A disposição das cadeiras no salão, em forma de semicírculos em torno do eixo da atividade e sem distinção para os animadores da experiência, ou convidados, permite uma intimidade e favorece o espírito de igualdade que se quer implementar.

Certa informalidade é acolhedora. A pessoa que anima a reunião só deve intervir para concentrar as discussões sobre o tema em debate, e mesmo assim de forma tranquila e quando solicitada pelos presentes, sem querer impor uma ordem que intimidaria mais as pessoas. Estas reuniões por bairros devem ser pedagógicas e devem ajudar os habitantes, através de técnicas lúdicas

a entender plantas e dados sobre o bairro e a cidade. Delas devem se depreender uma compreensão global da cidade e definições sobre as prioridades de intervenção do poder público.

Estas reuniões visam também estimular a autoestima das pessoas, individualmente e enquanto grupo, através de desafios que são postos ao grupo e superados um a um. As reuniões por bairro terão seu número definido segundo as particularidades de cada um e o avanço dos seus objetivos didáticos junto à população. Todas as atividades devem seguir os princípios de Paulo Freire de buscar a compreensão que as pessoas têm do que estão vendo, estimulando-os a falar, a dar seus próprios exemplos e propostas.

Uma primeira atividade pode ser o estudo da topografia do terreno e sua representação através de maquete e mapas, que são instrumentos utilizados pelos urbanistas. A intenção é familiarizar, aos poucos, os habitantes com as representações da realidade com as quais os técnicos e especialistas trabalham. O exercício da representação e da abstração, assim como a visão de conjunto de uma área urbana, que não são usuais, significarão uma partilha dos conhecimentos entre técnicos e habitantes e uma busca de estabelecer-se uma linguagem comum.

Para começar, pode-se escolher um acidente geográfico expressivo de uma topografia acidentada da cidade ou do bairro.

A atividade pode iniciar-se com a exposição de fotos deste local e em seguida da carta topográfica representando este local. Enquanto se apresenta as fotos e a planta, é interessante

que um artista plástico ou alguém habilitado confeccione uma maquete em argila do local à vista de todos. Sobre esta maquete coloca-se barbante representando as curvas de nível e, convidando os participantes a olharem de cima para baixo a maquete, revela-se a lógica da carta topográfica.

Durante a atividade os/as animadores/as devem observar o comportamento do público, estimular a compreensão, ou explicar a lógica para os que se mostram perdidos. Quando se percebe que a lógica da representação está clara para muitos, se pode convidar os presentes a fazerem eles mesmos uma maquete simplificada da cidade, do bairro ou do local em que se vai fazer a intervenção. Segue-se o mesmo ritual: mostram-se fotos aéreas e a planta topográfica, apela-se para a lembrança dos presentes e pode-se fazer maquetes por grupos diferentes.

Uma segunda atividade pode seguir o caminho inverso e partir de uma maquete em argila do bairro ou cidade, feita pela equipe de animadores e de um grande mapa. A intenção é ainda a de aprofundar a compreensão sobre as formas de representação da realidade usada pelos técnicos. Cada participante que chega ao local deve ser levado por um dos membros da equipe para ver a maquete; diante dela faz-se perguntas para ver se o participante entende o que aquilo representa.

Após estar-se seguro de que a representação da maquete está compreendida, pode-se levar a pessoa ao mapa e explicar que se trata de outra forma de representação. Para conferir a compreensão do que se disse, pode-se pedir ao participante que mostre algum ponto específico. Conversando, explicando e fazendo analogias todos descobrem o ponto solicitado.

Esta descoberta marca o processo de compreensão e as pessoas se dão nitidamente conta de terem entendido o mistério daqueles instrumentos. Como a atividade anterior, trata-se de construir pequenas “vitórias”, que estimulam a confiança para a participação dos menos arrojados.

Outras atividades pedagógicas e lúdicas podem e devem ser desenvolvidas e atrairão certamente um público diversificado, mas não necessariamente aqueles moradores com experiência anterior em organização comunitária. É hora de passar a atividades mais « engajadas », que digam respeito às carências do bairro e da cidade, para atrair essas pessoas.

É interessante partir-se para práticas concretas, como a organização de um mutirão para a realização de algum melhoramento no bairro, pois a experiência coletiva pode ser extremamente pedagógica. A discussão das regras de organização deste mutirão propiciará debates acalorados, o exercício da negociação e a vivência de votações para estabelecer a vontade da maioria. Todos estes aspectos da democracia participativa devem ser vivenciados pelos participantes.

Em locais sem organização de moradores, a discussão de temas pertinentes para todos faz naturalmente surgir a ideia da necessidade de organizar-se e predispõe à formação de novas lideranças ou a consolidação das que já existem.

No caso de bairros que já tenham organização, esta será questionada sobre sua atuação e poderá ser legitimada ou contestada. Este processo deve ser acompanhado e estimulado pelas pessoas que animam o processo que devem auxiliar o grupo interessado seja na sua

organização (providenciar proposta de Estatuto de uma associação de moradores e informações sobre como legalizá-la, por exemplo), seja na aproximação das associações existentes com a política de pedagogia da participação.

Outro importante motivador da participação dos habitantes pode ser uma estrutura prestadora de informações sobre a cidade e o município. Este núcleo pode coletar e expor dados básicos sobre a história, a estrutura urbana, a economia, a administração e principalmente sobre as condições de vida da população. Além de ser rico em informações, este banco de dados deve estar apto a passar informações ao cidadão de forma simples, clara e agradável.

O orçamento público municipal, por exemplo, deverá ser comparado a um orçamento doméstico de forma que os munícipes possam entender os fluxos de caixa da Prefeitura sem dificuldades. Concebe-se este balcão de informação como algo mais que um banco de dados, mas como um estimulador do conhecimento e da reflexão sobre a cidade, portanto, não deve ser apenas uma “exposição”.

Este balcão deve ter pessoas disponíveis para acolher o público e conversar, estimular o espírito crítico e também recolher informações da população. Esta função é muito interessante para aprofundar a formação de estagiários, por exemplo.



## CONQUISTAS DA PARTICIPAÇÃO

Pretende-se ressaltar agora alguns dos ganhos reais que uma política deste tipo pode resultar, restando, logicamente, um longo caminho de definições a serem detalhados. No caso de populações desorganizadas, sejam elas pobres ou ricas, um dos principais resultados da pedagogia da participação é o despertar do interesse pelo coletivo, pois o interesse espontâneo da maioria das pessoas é vinculado à problemas de sobrevivência e a questões pessoais e familiares.

Desta forma, os momentos de debate e ação podem propiciar a compreensão da necessidade de ultrapassar os interesses pessoais e imediatos em nome do interesse coletivo e facilitar a compreensão da necessidade de cobrar do Estado seu papel.

A compreensão da globalidade dos problemas à partir das atividades pedagógicas e a atitude de partir para a resolução coletiva dos problemas ao invés de tentar resolvê-los no âmbito familiar ou de vizinhança podem significar um sinal de amadurecimento e de aprendizagem de cidadania.

**Após despertado o interesse coletivo é importante incorporar-se a experiência da organização coletiva, onde tudo deve ser aprendido, a começar pelo domínio das regras do debate, até a divisão de tarefas com base no talento de cada um. Muitos destes conceitos e práticas podem ser aprendidos pela simples repetição, mas o mais difícil é a mudança nas relações interpessoais.**

Superar conflitos, negociar, manter o respeito às pessoas mesmo quando elas falham, tolerar, submeter-se à regras definidas por outros de forma democrática, sentir-se responsável pelo sucesso de todos, tudo isso exige um convencimento interior de que vale a pena perseverar, apesar dos reveses.

A emergência de líderes mobilizadores é um outro ganho concreto importante de uma pedagogia da participação. A cidadania é um exercício pessoal e coletivo e a vivência da cidadania coletiva é mediada pela existência de líderes mobilizadores. Fazer surgir e sustentar líderes mobilizadores é um sinal de grande maturidade para uma comunidade. Isto só acontece em meio a um grupo que tem uma autoestima elevada e uma capacidade de ação autônoma razoável. Logicamente um modelo societal arraigado não vai desaparecer de uma hora para outra, mas o importante é que, entre os líderes existentes no bairro, os que mais se aproximam dos líderes mobilizadores serão aqueles que se consolidarão num processo de pedagogia da participação.

Por fim, a mudança na relação com as autoridades municipais pode ser analisada como um dos resultados do processo. A relação da população com as autoridades municipais é geralmente uma relação distante com base na dependência e em alguns breves momentos de pressão organizada. Após um processo de pedagogia da participação deverá ser possível observar nítida diferença na postura dos habitantes em relação às autoridades. A cobrança de soluções, que antes tinha por base apenas a sensibilização de alguém que tem poder para os problemas cotidianos de uma população carente, torna-se uma atitude cidadã.

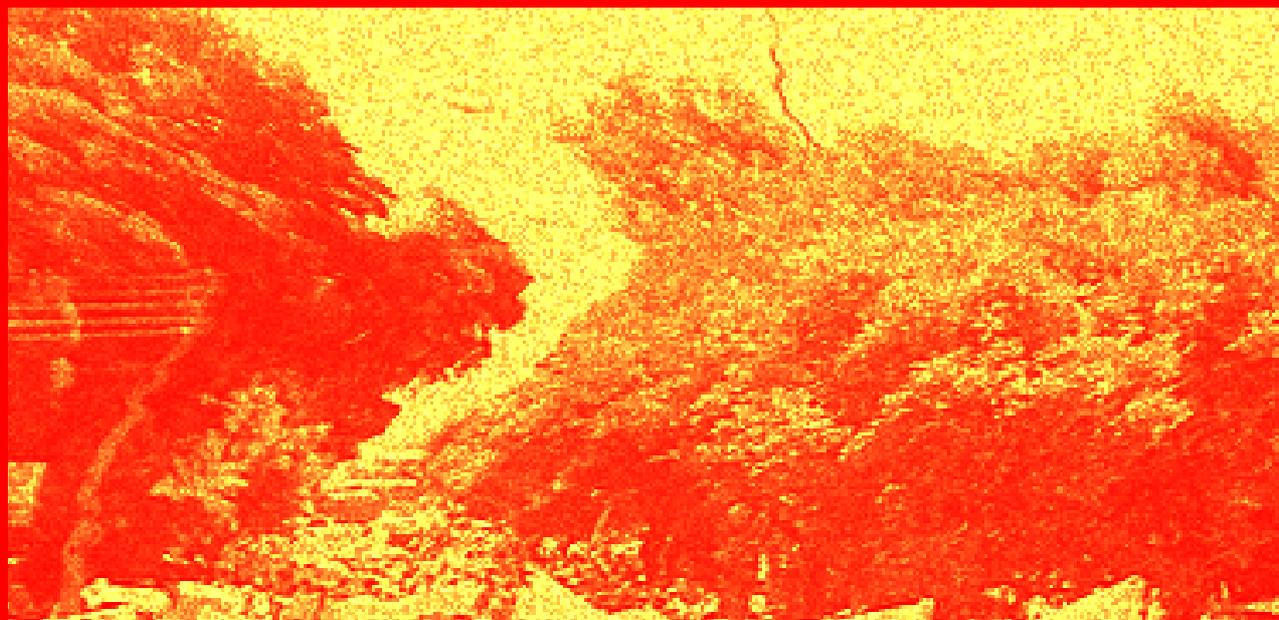
Esta cobrança partirá de um grupo conhecedor dos dados e das lógicas dos problemas que estão em discussão, ciente do valor da opinião de cada um e da força do grupo. Quando acontecem no processo ações coletivas de melhoria das condições de vida esta experiência coloca os cidadãos envolvidos numa posição mais favorável em relação aos poderes públicos.

Ver-se como uma comunidade organizada, capaz de realizações pelo bem comum valoriza-os e quebra a relação tradicional de dependência, aproximando-os de uma relação cidadã onde quem tem o poder presta contas ao munícipe. Todas estas mudanças significam transformações nos alicerces do exercício do poder e da cidadania e só a partir daí se pode esperar que um processo participativo seja realmente includente.

**Includente tanto no sentido político - de escuta da opinião dos excluídos e/ou desorganizados - como no sentido socioeconômico, em que o resultado das decisões tomadas de forma democrática transformem o modelo iníquo de sociedade que temos. Espera-se que a participação instale outros atores/atrizes e interesses no processo participativo, assim como o controle das contas públicas e mudanças de prioridades dos governos para responder as demandas da maioria.**

(NUNES, 2016)





COMITÊ DE FOME

# O GRITO DOS EXCLUÍDOS POR JUSTIÇA E PAZ



COMITÊ DE FOME  
Pelo Pastoral do Serviço Social  
do Rio de Janeiro

## A LUTA CONTINUA

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que o povo ocupe os poderes para então colocar em prática, com o povo, ao menos o que já conseguimos colocar em leis. Aprender com os erros do passado. Que este Guia sirva para provocar a população acerca da sua cidadania. Que tenha potencial de instigar processos de participação (e quem dera, de emancipação) popular de comunidades na cidade.

Que faça entender bem claramente que o povo deve buscar a sua própria autonomia, se organizando e lutando pela garantia de sua dignidade e de todos os seus direitos, nesse caso especialmente o direito à cidade. Que se o Estado-Capital não faz e nem quer fazer, o povo que faça suas audiências públicas, suas consultas nos bairros, suas assembleias e a partir daí possamos construir, enquanto sociedade, um projeto de cidade que confronte este aí que está vigente. Este troço neoliberal que só enxerga lucro por cima cima das pessoas, da natureza e do bem viver.

Não é por acaso que reinvidicamos Paulo Freire. Como ele, dizemos o óbvio. É tempo de dizer o óbvio. E repetir, quantas vezes for necessário. Sabemos que entre este projeto, de um Guia, querer e realmente poder provocar tanta coisa, é um abismo. Mas precisamos sonhar juntos o sonho impossível. A árvore que plantamos pode dar dezenas de frutos ou apenas uns poucos. Pode ter raízes profundas ou superficiais. Mas ela precisa ser plantada. Depois, plantamos outras. Um dia, teremos uma floresta, noutra mundo, com tudo que temos direito. **VENCEREMOS!**

Freire, Paulo

Sonhar o sonho impossível  
Lutar contra o combatível inimigo  
Tolerar com insuperável tristez  
Correr até onde o bravo não se atreve

Justificar o erro injustificável  
Amar puro e virtuoso, de longe  
Provar seus braços quando estejam  
muito cansados

Alcançar a estrela inalcançável  
Esta é a minha questão - seguir aque-  
la estrela.

Nos importa não desesperado, nos im-  
porta não longe (esteja)

Lutar pelo direito sem perguntar ou  
pensar.

Querer ir ao inferno por uma causa  
celeste

Eu sei que somente se for leal a isto  
meu coração estará em paz e calmo  
quando eu cair por terra para desca-  
sar.

E o mundo será melhor  
porque um homem desdenhado  
e coberto de cicatrizes  
ainda vagará com sua última por-  
ção de coragem.

# REFERÊNCIAS

NUNES, Débora . Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades / Débora Nunes; tradução Ciro Sales; Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.

\_\_\_\_\_. Participação popular e Controle Social. Salvador: Projeto Participa Salvador, 2016 (Artigo).

\_\_\_\_\_. Por uma pedagogia da participação popular. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, 1999, Salvador, 1999.

MONTANER, Josep M. ; MUXÍ, Zaida. Política e Arquitetura: Por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo : Olhares, 2021.

\_\_\_\_\_. Arquitetura e política. Ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

Amaral EFL, Amaral CVL. 2018. "Estruturas invisíveis de segregação: Uma análise da Região Metropolitana de Goiânia, integrando a produção do espaço urbano e indicadores demográficos." Open Science Framework Preprints, April 3  
ALBUQUERQUE, Maria do Carmo, (Org.)

Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira. - São Paulo: Instituto Pólis, 2006. 124p.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Participação e democracia no Brasil : da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ : Vozes, 2019.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 8. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. ERRADICAR O ANALFABETISMO URBANÍSTICO. Texto para a revista da FASE. Março de 2002

VILLAÇA, Flávio. As ilusões do plano diretor. São Paulo, edição do autor, 2005

\_\_\_\_\_. Brecht e o Plano Diretor. Texto não publicado; foi inicialmente um capítulo do livro As ilusões do plano diretor.

SINGER, Paulo, O Plano Diretor de São Paulo, 1989-1882: A política do Espaço Urbano

Lacerda, N. (05 de Abril de 2021). Brasil tem 19 milhões de pessoas passando fome em meio à pandemia. Fonte: Brasil de Fato:

MORAES, L. M. A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. Sonhar o sonho impossível. Manuscrito, 19-.

disponível em < <http://www.acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/3201>>

HARVEY, David. Espaços de Esperança. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 25ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.

\_\_\_\_\_. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, (Org.)

Os sentidos da democracia e da participação. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005.

